AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatuárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao segundo semestre de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

No ano de 2021, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento as demandas de apoio financeiro que visam a sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, ao longo do período, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do Programa Inovacred e com recursos do FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo. Além disso, foram utilizados recursos do FEMPO - Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - e dos Programas Fomenta Maricá, Supera Mais Niterói e Recomeçar Paraty, voltado para microempreendedores, micro e pequenas empresas dos respectivos municípios. Ademais, em vista da crise sanitária do Covid-19, a AgeRio atuou como agente financeiro, para empresas privadas e agentes autônomos, do programa estadual Supera Rio.

O objetivo principal dos financiamentos foi apoiar os negócios fluminenses no momento de crise observado em decorrência das medidas restritivas impostas para a contenção da pandemia da Covid-19, mantendo sua atividade econômica e os empregos vinculados.

3. Panorama Econômico

No segundo semestre de 2021, a economia mundial manteve o seu processo de recuperação causado inicialmente pelo choque da pandemia de Covid-19. Segundo diagnóstico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), alguns impactos da crise como: a desorganização das cadeias produtivas, o forte aumento dos custos industriais e a alta da inflação; ainda persistem e devem continuar a condicionar a evolução da atividade econômica na maioria dos países durante algum período. A economia brasileira não tem escapado desse quadro global e o desempenho recente dos indicadores de atividade econômica, em queda nos últimos meses, reforça a percepção de um cenário de estabilidade. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em outubro/2021, a previsão de crescimento da economia mundial para 2021 saiu de 6% para 5,9%. A revisão em baixa dessa projeção reflete um recuo nas previsões para as economias avançadas - em parte devido a rupturas no abastecimento - e para os países em desenvolvimento - em grande medida devido ao agravamento da dinâmica da pandemia. Isso é parcialmente compensado pela melhora nas perspectivas de curto prazo de algumas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento exportadoras de commodities.

Além disso, com a forte queda no consumo - especialmente no setor de serviços - ocorrida nos primeiros meses da pandemia, formou-se uma grande poupança que, com a retomada econômica, está contribuindo para fomentar a demanda, que já vinha impulsionada pelas políticas monetária e fiscal expansionistas dos países desenvolvidos. A oferta, por sua vez, não consegue acompanhar tal movimento, por isso há pressões inflacionárias na economia global. Um componente de destaque da inflação no último ano é o preço da energia, em especial o preço do gás, que em dezembro/2021 estava cerca de quatro vezes mais alto do que no mesmo período em 2020, além disso, os preços do barril de petróleo passaram de cerca de US$ 15,00 em abril/2020 para um máximo de US$ 84,00 em outubro/2021.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil avançou 0,5% no quarto trimestre de 2021 e encerrou o ano com crescimento de 4,6%. O crescimento da economia foi puxado pelas altas no setor de serviços (4,7%) e na indústria (4,5%), que juntos representam 90% do PIB do país. Por outro lado, a agropecuária recuou 0,2% em 2021.

O Comitê de Política Monetária (Copom) optou por elevar o patamar da Taxa Selic para 9,25% a.a em dezembro/2021 explicando que em relação à atividade econômica brasileira, os indicadores divulgados desde a última reunião mostraram novamente uma evolução moderadamente abaixo da esperada. A inflação ao consumidor continua elevada. A alta dos preços foi acima da esperada, tanto nos componentes mais voláteis como também nos itens associados à inflação subjacente.

Segundo diagnóstico do IPEA, a situação do mercado de trabalho continuou desafiadora no segundo semestre de 2021, pois em conjunção ao elevado patamar da desocupação e da subocupação, houve o aumento do tempo de permanência no desemprego. De acordo com os dados do IBGE, a taxa oficial de desemprego no Brasil foi de 12,6% no trimestre encerrado em setembro/2021, atingindo um total de 13,5 milhões de pessoas. Portanto, a taxa de desocupação continua elevada mesmo com o crescimento do PIB em relação ao ano anterior.

No que se refere ao cenário econômico fluminense, é válido ressaltar que se verifica uma expansão, ainda que baixa, na atividade econômica. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro cresceu 4,4% em 2021, manteve a trajetória de crescimento iniciada no terceiro trimestre de 2021, ou seja 0,2 p.p. abaixo do PIB nacional.

No que se refere ao mercado de trabalho fluminense, segundo os dados do Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Novo CAGED), do Ministério da Economia, a criação total de novos empregos formais no Estado do Rio de Janeiro foram de 1.322.630 novos postos de trabalho em 2021, dando ênfase para a retomada dos setores de comércio e serviços, que registraram, respectivamente, 357.484 e 730.935 novos vínculos de carteira assinada.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou lucro de R$ 22,785 milhões no 2º semestre de 2021, com Patrimônio Líquido de R$ 497,360 milhões e ativo total de 670,140 milhões. As operações de crédito somam R$ 314,409 milhões, 3,18% superior ao mesmo período de 2020.

A receita de TVM alcançou R$ 9,1 milhões no encerramento do 2º semestre de 2021, impactada principalmente pelo patamar alcançado pela Taxa Selic, que atingiu uma máxima de 7,75% em dezembro de 2021. Além disso, as operações de crédito dos programas Supera Rio e o Fomenta Municípios geraram, respectivamente, receitas de prestação de serviço da ordem de R$ 14,57 milhões e R$ 637,64 no 2º semestre de 2021.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até trezentos e sessenta mil reais. O programa financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro, através do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO). Em 2021, foram apoiados 947 negócios, que totalizaram desembolsos da ordem de R$ 4,59 milhões, aproximadamente o 50% maior do que o desembolsado no ano anterior.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

No ano de 2021, foram realizadas 267 operações de crédito com pessoa jurídica, totalizando R$ 91,14 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Desse total, 150 empresas receberam financiamento por meio de recursos próprios (representando 37,22% no valor das contratações), 115 financiamentos pelo FUNGETUR (59,35%) e 2 empresas pelo financiamento de inovação (3,43%). Além disso, a maioria desses financiamentos (93,63%) foram realizados com crédito de até R$ 500.000,00.

4.2.2.2. Supera Rio

Em 2021, em decorrência da continuidade da pandemia do Covid-19, observou-se uma enorme diminuição da atividade econômica global e do comércio internacional. Com o objetivo de conter ou minimizar os danos causados pela retração econômica, o Governo do Estado do Rio de Janeiro regulamentou o programa Supera Rio, conforme determinado pela Lei Estadual Nº 9.191/2021. Esse programa buscou apoiar a manutenção dos empreendimentos afetados bem como dos empregos por meio de crédito a micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais (MEIs) e autônomos.

Os recursos para a concessão dos financiamentos do Supera Rio foram oriundos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO. A AgeRio foi o agente financeiro responsável pela operacionalização da concessão das linhas de crédito. A definição do volume de recursos destinados ao Programa Supera Rio bem como o eventual novo aporte estavam na alçada do poder executivo estadual.

Iniciada no segundo semestre de 2021, em 6 meses, até 31 de dezembro de 2021, essa linha registrou R$ 297,36 milhões em financiamentos. Sendo 74,4% para pessoas jurídicas (PJ) e 25,6% para MEIs e autônomos. Esse grande volume de crédito foi concedido a 21.663 clientes, 5.348 PJ e 16.315 MEIs e autônomos, e conseguiu atingir todos os 92 municípios do estado.

4.2.2.3. Programa Fomentas

No programa Fomenta Municípios, a AgeRio atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios de Maricá, Niterói e Paraty, com recursos oriundos dos orçamentos municipais. Em 2021, o programa Fomenta Municípios liberou cerca de R$ 17,32 milhões em operações de crédito para 1104 negócios. Desse montante liberado, 27,98% foi para o programa "Fomenta Maricá", 68,47% para o "Supera Mais Niterói" e 3,55% para "Recomeçar Paraty". Na carteira ativa, esse programa representa 5,79% do volume financeiro.

4.2.2.4. Investimentos em Participações

A carteira de Participações teve influência dos efeitos da pandemia da Covid-19 ainda no ano de 2021. De forma agregada, houve relevante valorização da posição da AgeRio nos Fundos de Investimento em Participação investidos. Em especial, as startups que ofertam soluções inovadoras para problemas introduzidos ou acentuados pela pandemia e/ou que atuem em setores acelerados pela crise (saúde, soluções financeiras, soluções tecnológicas para educação) foram fortemente beneficiadas. Por outro lado, investidas com maior dependência de atuação presencial ou com necessidade imediata de captação de recursos sofreram com as restrições sociais e incertezas econômicas da crise. Dada a proximidade do término dos fundos investidos, cresceu o número de desinvestimentos realizados. Esse período de vendas das empresas se manterá nos próximos anos, com o benefício já observado da aceleração de negócios das startups, porém em um ambiente econômico ainda incerto.

4.2.3. Operações com Setor Público

A AgeRio é parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras. As operações com o setor público representavam 2,16% da carteira de crédito própria da AgeRio, em dezembro/2021, sendo que foram liberados recursos da ordem de R$ 71,95 mil ao longo de todo o ano de 2021.

5. Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R$ 3,5 bilhão, assim composto:

a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R$ 314,409 milhões, um aumento de 3,18% em relação a dezembro de 2020;

b) A carteira administrada pela AgeRio apresenta saldo de R$ 3,2 milhões, sendo composta pelo Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO), que em 2021 recebeu recursos adicionais por descentralização de crédito para aplicação no programa Supera Rio, que foi instituído pela Lei Estadual nº 9.191, de 2 de março de 2021, para enfrentamento e combate à crise econômica causada pelas medidas de contenção da pandemia da Covid-19.

c) A AgeRio presta serviços de intermediação financeira de operações de crédito para fundos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e de Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, que somaram, em dezembro de 2021, um montante de R$2,9 bilhões, sendo R$2,8 bilhões do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) e R$ 37 milhões dos programas "Fomenta Maricá", "Supera Mais Niterói" e "Recomeçar Paraty".

Fonte	31/12/2021	31/12/2020
Própria CP	85.211	73.244
Própria LP	229.197	230.962
Carteira Própria	**314.409**	**304.206**
FEMPO	3.165	2.458
FEMPO - Supera Rio	293.025	–
Carteira Administrada	**296.191**	**2.458**
FUNDES	2.871.134	1.525.926
Fomenta Municípios	37.557	25.319
Carteira Prestação de Serviço	**2.908.691**	**1.551.245**
Carteira Geral	**3.519.290**	**1.857.909**

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

As decisões, além de serem colegiadas, são tomadas com base em critérios técnicos e com base em regimes de alçadas estabelecidos pelo Conselho de Administração. Cabe destacar que no Estatuto Social da AgeRio estão definidas as seguintes instâncias na estrutura de governança: Assembleia Geral, Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Independente, Auditoria Interna, Comitês Estatutários e Internos, com a observância do regime de alçadas. No Estatuto Social também estão definidos, além do Comitê de Elegibilidade e Remuneração e do Comitê de Auditoria, os seguintes comitês: de Investimentos, de Crédito e Renegociação, de Ética, e de Compras e Contratações. Os Comitês possuem regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva, com exceção dos regimentos internos do Comitê de Auditoria e do Comitê de Elegibilidade e Remuneração que são aprovados pelo Conselho de Administração.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, empregados e colaboradores, são pautadas em transparência, princípios éticos e pelo valor da integridade. O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética. A AgeRio possui Comitê de Ética autônomo instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual n° 43.583/2012. A empresa promove anualmente iniciativas para disseminar, por toda a organização, os preceitos éticos que orientam sua atuação.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AgeRio compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AgeRio para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013. A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AgeRio.

(R$ Mil)	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	491.789	471.722
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	447.254	427.187
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	470.571	451.498
- RWA_{CPAD}	366.444	351.371
- RWA_{OPAD}	104.127	100.127
- RWA_{MPAD}	–	–
RBAN	838	614
Limite para Imobilização (LI)	223.627	213.593
Situação para Limite de Imobilização	2.311	2.649
Índice de Imobilização (II)	0,52%	0,62%
Índice de Basiléia (IB)	95,04%	94,62%

6.4. Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e padrões éticos e de integridade, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

A governança da AgeRio é estruturada a partir das melhores práticas do mercado e monitorada pelas linhas de defesa da Instituição, como a Auditoria Interna, área de Controle Interno e Compliance, área de gestão de riscos corporativos e área com foco na segurança cibernética.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração e estão estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração, além de uma avaliação Interna de Risco, na forma da Circular BACEN n. 3.978/2020.

Além de ações preventivas, de detecção e remediação, a empresa capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O uso de tecnologias da informação e banco de dados públicos têm sido instrumentos para um monitoramento mais eficaz e tempestivo sobre pessoas expostas politicamente, bem como pessoas e entidades ligadas ao financiamento do terrorismo, inclusive no âmbito internacional.

A AgeRio possui Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. Ademais, a empresa dispõe de um Canal de Denúncias, com garantia ao anonimato, para que o publico interno e externo possa reportar eventuais não conformidades.

A análise da integridade de terceiros é um dos pilares do Programa de Integridade da AgeRio, com foco no pleno conhecimento dos dados cadastrais dos clientes e fornecedores e a análise de sua reputação quanto à integridade e ética.

6.5. Gestão da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

A AgeRio é controladora de dados pessoais das pessoas naturais clientes (sócios de empresas financiadas, empreendedores, avalistas), seus empregados e colaboradores, além de fornecedores prestadores de serviços. A AgeRio realiza - diariamente - tratamento de dados pessoais de pessoas naturais que se relacionam com ela, em especial sócios de pessoas jurídicas que buscam soluções financeiras conosco, bem como microempreendedores e empresários individuais (art. 5º, inciso I, LGPD).

A AgeRio também realiza tratamento de dados pessoais sensíveis, contudo em escala muito inferior, mais relacionado a dados médicos de empregados e dirigentes, em razão de atendimento à legislação trabalhista em vigor (art. 5º, inciso II, LGPD).

O Conselho de Administração aprovou a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que estabelece princípios e diretrizes para fins de cumprimento da LGPD, além de pautar gerenciamento de risco por meio de mitigação de eventuais incidentes de segurança sobre dados pessoais e balancear as necessidades de dados pessoais de clientes e demais pessoas naturais da AgeRio para cumprir sua missão institucional.

7. Pessoas

Na AgeRio, as relações de trabalho são pautadas pelos valores da ética e transparência, do incentivo à gestão participativa e à meritocracia, da responsabilidade sócio ambiental, e do respeito à diversidade.

A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2021, 41% do quadro de empregados e 42% dos cargos de liderança (Diretoria, Superintendências e Gerências) eram ocupados por mulheres.

A AgeRio realizou, no primeiro semestre de 2021, pesquisas de satisfação em relação ao regime de teletrabalho, instituído em março de 2020, com a intenção de identificar a satisfação e o quanto seus colaboradores se sentiam a respeito de um retorno gradual às atividades presenciais..

Além disso, com o avanço da vacinação da população brasileira, ficou estabelecido, por meio da publicação do Decreto Estadual n° 47.683, de 14 de julho de 2021, art. 4°, que os agentes públicos integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, que tivessem recebido a segunda dose, ou a dose única, da vacina contra a Covid-19, deveriam retomar às suas atividades laborais de forma presencial após 14 dias subsequentes à aplicação da vacina. A fim de atender às determinações do executivo estadual e de estar em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, a AgeRio implementou um calendário de retorno às atividades presenciais e estabeleceu um Plano de Retorno às Atividades Presenciais, composto por um plano de ação de implementação de medidas protetivas, um conjunto de normas referentes ao trabalho presencial no contexto pandêmico e de Cartilha de Retomada ao Trabalho Presencial, a fim de mitigar o risco e a percepção de vulnerabilidade do corpo funcional. Além disso, com o retorno gradual dos colaboradores para a sede da AgeRio, foi implementada a jornada de trabalho predominantemente presencial (50% da carga horária mais 1 dia no mês).

Em 2021, a AgeRio implementou um novo Plano de Cargos e Salários a fim de corrigir distorções históricas no que se refere à movimentação de carreira, além da revitalização da carreira de nível médio para o quadro permanente e da especificidade da carreira de Analista de Desenvolvimento. Para isso, instituiu um grupo de discussão com participação ativa de representantes do corpo funcional de modo a tornar o processo mais democrático e participativo. Todos os empregados aderiram ao Novo Plano de Cargos e Salários.

Por fim, a AgeRio realizou pela primeira vez uma Pesquisa Externa de Clima Organizacional, atingindo o índice geral de 82 pontos e obtendo o selo de certificação Great Place to Work, destinado as melhores empresas para se trabalhar.

8. Responsabilidade Socioambiental

A AgeRio, no desenvolvimento de seu papel de agente promotor do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, atua na concessão de financiamentos para projetos instalados ou que venham a se instalar no Estado. Sua carteira é composta predominantemente por empresas de micro, pequeno e médio portes, dos setores de comércio e serviços. Considerando o porte da instituição e a complexidade de suas operações, bem como os princípios da relevância e proporcionalidade estabelecidos na Resolução CMN nº4.327/2014, são estabelecidos os procedimentos aplicáveis para mitigação do risco socioambiental em seus processos de concessão de crédito.

Com relação aos setores de atividade econômica, a AgeRio possui listagem de setores não apoiáveis devido à percepção de riscos associada a tais atividades, entre eles o risco socioambiental. Insta salientar que um dos valores da empresa é a Responsabilidade Socioambiental, que serve como bússola orientadora para a condução dos negócios da AgeRio.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R$ MIL

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**287.770**	**289.659**
DISPONIBILIDADES		**130**	**21**
Caixa		–	2
Bancos		130	19
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**5**	**206.893**	**204.620**
LFT		**–**	**–**
Cotas de Fundos de Investimentos		206.893	204.620
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**6**	**76.869**	**65.800**
Operações de Credito		85.211	73.243
- Setor Privado		80.283	68.306
- Setor Público		4.928	4.937
(Provisão para Operações de Crédito)		(8.342)	(7.443)
OUTROS CRÉDITOS	**7**	**3.258**	**897**
Diversos		3.242	897
Créditos a Receber Funcine		16	–
OUTROS VALORES E BENS		**620**	**18.321**
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda	8	–	27.077
Impairment Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		–	(9.171)
Despesas Antecipadas		620	415
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**375.153**	**327.697**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**5**	**138.927**	**107.019**
LFT		**50.565**	**48.423**
NTN		**31.527**	**9.746**
Cotas de Fundos em Participação		56.354	37.452
Cotas dos Fundos Garantidores		481	398
Vinculados a Prestação de Garantias		–	11.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**6**	**214.736**	**218.189**
Operações de Crédito		229.197	230.962
- Setor Privado		220.110	217.572
- Setor Público		9.087	13.390
(Provisão para Operações de Crédito)		(14.461)	(12.773)
OUTROS CRÉDITOS	**7**	**4.274**	**2.489**
Créditos Tributários		3.738	1.937
Créditos a Receber Funcine		536	552
OUTROS VALORES E BENS		**17.217**	**–**
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda	8	26.782	–
Impairment Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		(9.565)	–
PERMANENTE		**7.881**	**9.482**
IMOBILIZADO DE USO	**9**	**2.311**	**2.650**
Edificações		8.865	8.865
Instalações		6	6
Móveis e Equipamentos		920	916
Sistema de Comunicação		50	50
Equipamento de Processamento de Dados		2.068	2.068
Depreciações Acumuladas		(9.598)	(9.255)
INTANGÍVEL	**10**	**5.570**	**6.832**
Licença e Direitos Autorais de Uso de Software		14.316	14.249
Amortização Acumulada		(8.746)	(7.417)
TOTAL		**670.805**	**626.838**

PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**94.045**	**83.210**
DEPÓSITOS	**11**	**4.045**	**300**
Depósitos A Vista		4.045	300
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**12**	**25.587**	**22.989**
BNDES		1.559	4.045
FINAME		802	802
FINEP		11.997	12.835
FUNGETUR		11.229	2.553
CEF		–	2.754
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**13**	**64.413**	**59.921**
Sociais e Estatutárias		15.000	–
Fiscais e Previdenciárias		2.191	1.364
Recursos para Destinação Específica		33.460	48.905
Diversas		13.762	9.652
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**78.736**	**65.074**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**12**	**78.736**	**65.074**
BNDES		976	2.528
FINAME		67	868
FINEP		28.067	34.783
FUNGETUR		49.626	20.052
CEF		–	6.843
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**14**	**498.024**	**478.554**
CAPITAL SOCIAL		**479.504**	**479.504**
Capital Social		479.504	479.504
RESERVAS DE LUCROS		**18.520**	**–**
PREJUÍZO ACUMULADO 2020		**–**	**(950)**
TOTAL		**670.805**	**626.838**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R$ MIL

	Segundo Semestre 2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**24.197**	**60.258**	**31.160**
Receita de Operações de Crédito	16.375	27.019	19.050
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.822	33.239	12.110
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(5.432)**	**(11.086)**	**(5.625)**
Despesa de Captação - Finame/ BNDES / Finep / Fungetur / CEF	(3.500)	(5.262)	(2.598)
Provisão para Operações de Crédito	(1.932)	(5.824)	(3.027)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**18.765**	**49.172**	**25.535**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(238)**	**(10.851)**	**(24.380)**
Receita de Prestação de Serviços	22.207	29.725	13.955
Despesa de Pessoal	(16.350)	(30.838)	(29.102)
Outras Despesas Administrativas	(3.773)	(7.208)	(7.428)
Despesas Tributárias	(2.639)	(3.909)	(2.540)
Outras Receitas Operacionais	320	1.399	1.502
Outras Despesas Operacionais	(3)	(20)	(767)
RESULTADO OPERACIONAL	**18.527**	**38.321**	**1.155**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(1.321)**	**(299)**	**(2.899)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**17.206**	**38.022**	**(1.744)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**7.906**	**(1.890)**	**(1.695)**
Provisão para Imposto de Renda	4.439	(922)	(919)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	3.467	(968)	(776)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(1.662)**	**(1.662)**	**(3)**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**23.450**	**34.470**	**(3.442)**
por ação do capital social	0,14	0,20	(0,02)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - em R$ mil

	Segundo Semestre 2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**23.450**	**34.470**	**(3.442)**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**23.450**	**34.470**	**(3.442)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

continua

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R$ MIL

Especificações	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Outras	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
SALDOS EM 30/JUN/21	**479.504**	**551**	**–**	**9.519**	**489.574**
Resultado Líquido do Semestre				23.450	23.450
Destinações					
Constituição de Reservas	–	1.125	16.844	(17.969)	–
Juros Sobre o Capital Próprio	–	–	–	(15.000)	(15.000)
SALDOS EM 31/DEZ/21	**479.504**	**1.676**	**16.844**	**–**	**498.024**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	*479.504*	*1.676*	*16.844*	*–*	*498.024*
SALDOS EM 31/DEZ/19	**468.949**	**2.492**	**3.356**	**–**	**474.797**
Aumento de Capital com Reservas	3.356	–	(3.356)	–	–
Aumento de Capital - incorporação JCP	7.199	–	–	–	7.199
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	(3.442)	(3.442)
Destinações					
Reversão de Reservas	–	(2.492)	–	2.492	–
SALDOS EM 31/DEZ/20	**479.504**	**–**	**–**	**(950)**	**478.554**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	*10.555*	*(2.492)*	*(3.356)*	*(950)*	*3.757*
SALDOS EM 31/DEZ/20	**479.504**	**–**	**–**	**(950)**	**478.554**
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	34.470	34.470
Destinações					
Constituição de Reservas	–	1.676	16.844	(18.520)	–
Juros Sobre o Capital Próprio	–	–	–	(15.000)	(15.000)
SALDOS EM 31/DEZ/21	**479.504**	**1.676**	**16.844**	**–**	**498.024**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	*–*	*1.676*	*16.844*	*950*	*19.470*

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (MÉTODO INDIRETO - EM R$ MIL)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES	Segundo Semestre 2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
OPERACIONAIS			
RESULTADO LÍQUIDO	23.450	34.470	(3.442)
Ajustado por:			
Reversão/Prov. Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.416	394	2.901
Valorização de Fundos de Investimento em Participação	(45)	(21.597)	–
Depreciações e Amortizações	838	1.672	1.997
Provisão para Perdas c/ Operações de Crédito	1.933	5.824	3.027
Provisão para Passivos Contingentes	8	–	329
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	27.600	20.763	4.812
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(22.651)	(21.843)	(34.275)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(17.756)	(12.583)	(1.781)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(374)	(13.440)	(66.544)
Redução (aumento) em Outros Créditos	(1.509)	(4.146)	839
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	84	89	1.341
(Redução) aumento em Depósitos	545	3.745	300
(Redução) aumento em Outras Obrigações	(3.641)	4.492	31.570
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.949	(1.080)	(29.463)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado de Uso e Ativo Intangível	(72)	(72)	(350)
Baixa de Imobilizados/Intangível	–	–	180
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(72)	(72)	(170)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	10.230	16.261	22.427
Aumento de Capital - incorporação JCP	–	–	7.200
Pagamento de JCP aos Acionistas	(15.000)	(15.000)	–
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.770)	1.261	29.627
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	107	109	(6)
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA			
Disponibilidades no Início Período	23	21	27
Disponibilidades no Final Período	130	130	21
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	**107**	**109**	**(6)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Valores expressos em milhaes de reais

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais (SEDEERI), tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro à empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO, e é operadora dos Programas Fomenta Maricá e Supera Mais Niterói, de oferta de créditos orientados nos respectivos municípios, cujos recursos são oriundos de fundos administrados por estes. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

Em junho de 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou o Supera RJ, programa de transferência de renda criado para diminuir o impacto econômico da pandemia na vida dos fluminenses, e que prevê a concessão de créditos através da AgeRio. As operações têm juro zero e são financiadas pelo FEMPO, fundo administrado pela AgeRio.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

Em 23 de fevereiro de 2022, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução BCB 4818/2020 e Resolução BCB Resolução BCB Nº2/2020. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A AgeRio vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são inclusas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016, que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

Em 2021, a AgeRio passou a controlar as variações positivas e negativas dos FIPs em função de avaliação ao valor justo em subcontas vinculadas ao ativo a fim de adequar-se a Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, no intuito de tributar tais ganhos no cálculo do IRPJ e CSLL, somente em sua alienação ou baixa. Até o exercício de 2020, as variações positivas, fruto de avaliação ao valor justo, eram tributadas de forma tempestiva, sem a efetiva realização do fundo.

d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

a) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal.

b) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 6.

c) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e compostos por despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 9).

O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 10).

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Avaliação do valor recuperável (Impairment)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, mantendo-se os saldos contábeis inferiores aos valores de mercado apurados.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual, com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 25% a partir de 1º de julho de 2021, nos termos da alteração promovida pela MP nº 1.034, de 1º de março de 2021. De 1º de março de 2020 até 30 de junho de 2021, o cálculo foi efetuado à alíquota de 20%.

i) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

j) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 13 - "d2 ii".

k) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, uma vez que ainda não foi elaborado o estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

NOTA 4 - MUDANÇA NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 (posteriormente revogada pela Resolução BCB nº 2/2020) foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a partir de 31 de dezembro de 2020, a AgeRio realizou mudanças na apresentação das suas Demonstrações Contábeis, atendendo aos requerimentos da respectiva norma. Estas alterações permanecem nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021. A seguir, destacamos as principais alterações:

(i) Inclusão da Demonstração do resultado abrangente;

(ii) Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade;

(iii) Inclusão de nota explicativa sobre resultados recorrentes e não recorrentes.

b) Reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas

A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.877/2020, foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. A norma em referência consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O principal impacto trazido pela norma, foi a necessidade de inclusão dos valores decorrentes de aumento salarial futuro, previsto na convenção coletiva de trabalho a partir de janeiro/2021, e seus reflexos nas provisões de férias e 13º salário.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2021	31/12/2020
I - Curto Prazo	206.893	204.620
Cotas de Fundos de Investimentos **(i)**	206.893	204.620
II - Longo Prazo	138.817	107.019
Títulos Públicos Federais	82.092	58.169
Cotas de Fundos em Participações **(ii)**	56.354	37.452
Cotas de Fundos Garantidores **(iii)**	481	398
Outros - Cotas de Fundos de Investimentos **(iv)**	-	11.000
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**345.820**	**311.639**

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, e em menor percentual em operações compromissadas.

(ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AGÊNCIA, através da participação em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. A Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, normatiza a atuação dos FIPs. O destaque no exercício é para o Fundo Brasil Aceleradora de Startups - FIP, que em fevereiro/2021 teve uma receita de valorização da carteira, a valor justo, no valor de R$ 5,7 milhões, e para o FIP BBI FINANCIAL I, que em maio 2021, teve uma receita de valorização da carteira, a valor justo, de R$ 15 milhões. As receitas de valorização a valor justo citadas acima impactaram diretamente o aumento das receitas de TVM no exercício de 2021 rem elação ao exercício de 2020, nos valores de R$ 33.239 e R$ 12.110, respectivamente, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. Vide composição a seguir:

Fundo	Previsão de encerramento	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
BBI Financial I	21/12/2023	10.000	10.000	45.453
Performa Key	26/12/2022	5.000	4.441	2.392
Nascenti	30/06/2022	2.000	2.000	1.487
Br Startups	11/03/2024	6.000	3.603	7.022
Total (ii)	**-**	**23.000**	**20.045**	**56.354**

(iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
FGI	45	45	81
FGO	140	140	400
Total (iii)	**185**	**185**	**481**

(iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira Renda Fixa - garantia constituída para o contrato de financiamento firmado com a Caixa Econômica Federal. Dada a liquidação total deste contrato no mês de junho de 2021, o montante de R$ 11 milhões deixou de ser vinculado como garantia em conta segregada e foi reclassificado para Cotas de Fundos de Investimentos.

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Títulos Públicos Federais são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador do crédito e a operação.

Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total Ope. (31/12/21)	Provisão %	Valor da Provisão*	Provisão Adicional	Valor da Provisão (31/12/21)*	Total das Operações (31/12/2020)	Valor da Provisão 31/12/2020
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	94.111	0,5%	471	-	471	95.365	477
B	92.827	1,0%	928	-	928	98.358	984
C	94.170	3,0%	2.825	451	3.276	85.084	3.328
D	7.730	10,0%	773	2	775	3.296	333
E	6.668	30,0%	2.000	-	2.000	4.776	1.433
G	3.770	50,0%	1.885	-	1.885	3.705	1.853
F	8.676	70,0%	6.073	939	7.012	9.858	8.046
H	6.456	100,0%	6.456	-	6.456	3.763	3.762
TOTAL	**314.408**	**-**	**21.413**	**1.391**	**22.803**	**304.205**	**20.216**

* Resolução nº 2682/99

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	30/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	20.216	33.678
Constituição da provisão	7.200	5.512
Constituição da provisão adicional	6	-
Reversão de provisão	(3.706)	(2.358)
Créditos baixados para Prejuízo	(914)	(16.616)
Saldo no fim do período	**22.803**	**20.216**

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Setor Privado	80.283	68.306
Recursos Próprios	56.197	50.476
Repasse	24.086	17.830
Setor Público	4.928	4.937
Recursos Próprios	4.928	4.937
Provisão para Crédito de liquidação Duvidosa	(8.342)	(7.443)
Saldo no final do período	**76.869**	**65.800**
Longo Prazo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Setor Privado	**220.110**	**217.572**
Recursos Próprios	142.722	161.528
Repasse	77.388	56.044
Setor Público	**9.087**	**13.390**
Recursos Próprios	9.087	13.390
Provisão para Crédito de liquidação Duvidosa	(14.461)	(12.773)
Saldo no final do período	**214.736**	**218.189**

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas	2.148	1.303
Até 60 dias	818	633
De 60 dias a 180 dias	1.082	457
Acima de 180 dias	248	213
Prazo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Vincendas	312.260	302.902
Até 180 dias	40.597	32.855
De 180 dias a 360 dias	42.466	39.086
Acima de 360 dias	229.197	230.961

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de Atividade	31/12/2021	31/12/2020
Administração pública	14.015	18.328
Alimentos e Bebidas	16.504	20.278
Comércio	64.564	72.509
Construção e Imobiliário	11.903	10.180
Educação, Saúde e outros	23.304	20.478
Máquinas e equipamentos	3.823	3.820
Mineração	119	153
Químico e Petroquímico	4.383	4.633
Serviços Privados	42.608	33.863
Telecomunicações	24.489	21.372
Outros	108.696	98.591
Total	**314.408**	**304.205**

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS

Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	**3.258**	**897**
Adiantamento e Antecipações	2.509	482
Devedores por depósitos em garantia	162	179
Conta Transitória de financiamento (ii)	254	179
Créditos a Receber Funcine (i)	16	19
Diversos	317	38
Longo Prazo	**4.274**	**2.489**
Impostos e Contribuições a Compensar	3.738	1.937
Créditos a Receber Funcine (i)	536	552
Total	**7.532**	**3.386**

(i) O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional investido pela AGÊNCIA (Funcine Rio 1) foi encerrado em 29/09/2020, sendo que os ativos constantes em sua carteira (total de 10) no momento de seu término foram repassados para os cotistas com base nas suas respectivas proporções no Fundo. A composição da proporção da AgeRio segue abaixo: **a) Posição AgeRio no encerramento do Fundo - Em Reais (R$)**

Funcine Projetos	Investimento AgeRio	Recebimento AgeRio	PDD*	Valor Ativo AgeRio 31/12/2021	Const. PCLD** 2º sem. de 2021	Valor Líquido Ativo AgeRio 31/12/2021
Afinal Filmes 1	**175.699**	**106.454**	**33.706**	**35.538**	**(374)**	**16.070**
Afinal Filmes 2	142.908	–	–	142.908	–	142.908
Sala de Cinema Itaipu	250.089	24.150	225.938	–	–	–
O Diário de Mika 1ª Temporada	24.294	–	24.294	–	–	–
O Diário de Mika 2ª Temporada	147.195	–	147.195	–	–	–
Filme Mussum	214.362	–	–	214.362	–	214.362
Filme Orlando, Florida	**178.635**	**–**	**–**	**178.635**	**–**	**178.635**
Filme Ela Disse, Ele Disse	185.780	2.630	183.150	–	–	–
Filme Gaby Estrella Produção	357.270	–	357.270	–	–	–
Filme Gaby Estrella Distribuição	71.454	1.661	69.793	–	–	–
	1.747.686	**134.898**	**1.041.344**	**571.444**	**(374)**	**551.975**

*PDD informada pelo Gestor do Fundo no momento do encerramento do Fundo.

**Provisão constituída após o reconhecimento inicial dos créditos a receber (pelo seu valor líquido) e com base em estudo interno, em evidências observadas.

Do montante de R$ 551.975 de créditos a receber, apenas R$ 16.035 (referente 02 parcelas a receber do primeiro investimento na Afinal Filmes) está previsto para ser realizado até o encerramento do exercício de 2022.

Para o projeto do Filme "Ela Disse, Ele Disse", cujo valor líquido era zero no encerramento do Fundo, houve um recebimento de R$ 2.869,13 pela AgeRio, pago pela distribuidora do projeto em março e maio de 2021. Esse valor foi reconhecido como Outras Receitas Operacionais.

Para o projeto do Filme "Afinal Filmes 1", cujo valor líquido era R$ 35.538 no encerramento do Fundo, houve, além da provisão de R$ 374, um recebimento de R$ 19.056,64 pela AgeRio, em setembro de 2021, pago pela distribuidora.

Para o projeto do Filme "Afinal Filmes 1", cujo valor líquido era R$ 35.538 no encerramento do Fundo, houve, além da provisão de R$ 374, um recebimento de R$ 19.056,64 pela AgeRio, em setembro de 2021, pago pela distribuidora.

Para o projeto do Filme "Gaby Estrella" Distribuição, cujo valor líquido era zero no encerramento do Fundo, houve um recebimento de R$ 37,53 pela AgeRio, pago pela distribuidora em dezembro de 2021.

(ii) O saldo da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se aos valores de parcelas baixadas no último dia útil do mês, a serem conciliados com o extrato do banco do 1º dia útil do mês seguinte.

NOTA 8 - ATIVO NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA RECEBIDOS

Ativ. Não Financeiros Mantidos p/ Venda	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis não de uso mantidos para venda	26.782	27.077
Impairment de Imóveis não de Uso	(9.565)	(9.171)

Referem-se a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada durante o 2º semestre de 2021, a avaliação externa dos Bens, classificados como ativos não financeiros mantidos para venda, em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e normas contábeis vigentes. Adicionalmente, a fim de atender a Carta Circular 3.994 de Dezembro de 2019, com vigência a partir de 2022, os ativos não financeiros mantidos para a venda recebidos foram registrados em contas de controle de longo prazo, refletindo na classificação das Demonstrações Financeiras.

continua

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

No 1º semestre de 2021, a AgeRio realizou a venda de um desses imóveis, situado em Arraial do Cabo/RJ, originado de operação de crédito. O valor contábil do bem era de R$ 295 mil, sem provisão constituída, sendo o total da venda de R$337,5 mil.

NOTA 9 - IMOBILIZADO DE USO

Imobilizado de uso	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo de Aquisição		**11.904**	**5**	**–**	**11.909**
Edificações	**1,58%**	2.068	–	–	2.068
Instalações	**10%**	8.865	–	–	8.865
Móveis e Equipamentos	**10%**	6	5	–	10
Sistemas de Comunicação	**10%**	916	–	–	916
Equip. de Proc. De Dados	**20%**	50	–	–	50
Depreciação Acumulada		**(9.255)**	**(342)**	**–**	**(9.598)**
IMOBILIZADO DE USO		**2.649**	**(338)**	**–**	**2.311**

O item "Edificações", refere-se ao imóvel da sede da AgeRio, que foi reavaliado em exercícios anteriores, em mais de 25 anos de vida útil remanescente, a partir de 06/2020. Assim, a taxa de depreciação aplicada passou a ser 1,58% a partir de 30/06/2020.

Na avaliação de estimativa de vida útil e de valor residual dos bens, realizada pela área técnica responsável, não foi identificado quando do encerramento do exercício, indícios de desvalorização, portanto, os saldos contábeis foram mantidos aos seus valores de aquisição e/ou construção.

Em 31 de dezembro de 2021, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado, em montantes considerados suficientes pela Administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo de aquisição	**14.249**	**67**	**–**	**14.316**
Licenças Antes de 01/10/2013	**126**	**–**	**–**	**126**
Licença Uso Software – Informática	126	–	–	126
Licenças A Partir de 01/10/2013	**14.123**	**67**	**–**	**14.190**
Licença Uso Software – Temporário (i)	12.810	67	–	12.877
Licença Uso Software – Permanente (ii)	1.313	–	–	1.313
Amortização Acumulada	**(7.417)**	**(1.329)**	**–**	**(8.746)**
ATIVOS INTANGÍVEIS	**6.832**	**(1.262)**	**–**	**5.570**

(i) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Temporário" é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.

(ii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Permanente" é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída no exercício de 2017.

Grande parte dos bens classificados no intangível, são amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, considerando as premissas contábeis e avaliação da estimativa de vida útil, de valor residual e de valor recuperável, realizado pela área de tecnologia da informação.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

Trata-se de importâncias recebidas como garantias de operações de créditos. Estes recursos são depositados em conta corrente específica aberta na Caixa Econômica Federal para este fim. Os mesmos são devolvidos após a quitação do crédito, incluídos os respectivos rendimentos auferidos no período.

Foram realizadas 10 novas operações com garantia do tipo caução depositados em conta de propriedade da AgeRio, com valores que variaram entre R$ 44 mil e R$ 1,050 milhão.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	1.559	4.045
FINAME	801	802
FINEP	11.997	12.835
FUNGETUR	11.229	2.553
CEF	–	2.754
Total	**25.587**	**22.989**
LONGO PRAZO	**31/12/2021**	**31/12/2020**
BNDES	976	2.528
FINAME	66	868
FINEP	28.067	34.783
FUNGETUR	49.626	20.052
CEF	–	6.843
Total	**78.736**	**65.074**

Correspondem aos recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais. Essas obrigações possuem vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

Vincendas	31/12/2021	31/12/2020
Até 180 dias	12.029	11.561
De 181 a 360 dias	13.558	11.429
Acima de 360 dias	78.736	65.073
Total	**104.323**	**88.063**

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos – Governo do Estado do RJ	7.961	–
JCP – Governo do Estado do RJ (i)	7.039	–
Total (i)	**15.000**	**–**

(i) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 doc RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

Fiscais e Previdenciárias	31/12/2021	31/12/2020
IOF s/ Operações de Crédito	26	–
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	689	198
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	–	–
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	39	48
Impostos e Contribuições s/ salários	1.437	1.118
Total	**2.191**	**1.364**

c) Recursos para Destinação Específica

Recursos para Destinação Específica	31/12/2021	31/12/2020
Recursos FUNGETUR (i)	17.830	30.246
Recursos FEMPO (ii)	1.818	6.223
Recursos Fomenta Maricá (iii)	5.051	8.249
Recursos Supera Mais Niteroi (iii)	2.499	3.109
Recursos Recomeçar Paraty (iii)	62	1.078
Recursos Supera Rio (iv)	6.201	–
Total	**33.460**	**48.905**

(i) Referente a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), para concessão de operações de créditos de projetos vinculados ao setor do turismo.

(ii) Recursos recebidos, na condição da AgeRio ser Administradora do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado – FEMPO, para posterior liberação de operações de crédito.

(iii) Na composição dessa rubrica são registrados também os recursos recebidos dos Fundos de Maricá, Niterói e Paraty, nos termos do contrato de prestação de serviços (operacionalização financeira e administração de concessão de crédito), para posterior liberação de operações de crédito.

(iv) Instituído pela *Lei Estadual nº 9.191, de 2 de março de 2021 e regulamentado pelo Decreto 47.544 de 25 de março de 2021,* permitiu a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado – FEMPO para concessão de créditos através da AgeRio, considerando a época de pandemia.

d) Diversas

d.1) Provisão de Pagamentos a Efetuar

Provisão de Pagamentos a Efetuar	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Para Despesas de Pessoal	5.341	3.531
Outras Despesas Administrativas	372	38
Outros Pagamentos	66	51
Total	**5.779**	**3.620**

d.2) Provisão Para Passivos Contingentes

Provisão Passivos Contingentes	31/12/2021	31/12/2020
FGI – Honra recebida (i)	–	124
Passivos Trabalhistas (ii)	251	252
Contingências Cíveis	–	8
Provisão Honorários Sucumbenciais (iii)	321	321
Total	**572**	**705**

(i) FGI Honra Recebida

A provisão para FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de créditos.

(ii) Provisão Para Contingências

A Provisão para Contingências Trabalhistas, em 31/12/2021, foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A título de informação, destacamos ainda, que a AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera civil, trabalhista, fiscal e administrativa, tendo em vista o disposto na NBC TG 25 (R2). Estima-se em 31/12/2021, o montante de R$ 252 mil na esfera trabalhista. Há ainda processos fiscais que estão em análise pela Receita Federal do Brasil, que somam um montante de R$ 901 mil em direitos creditórios.

(iii) Honorários sucumbenciais

A Agerio manteve a provisão constituída em exercício anterior, relativo a despesa com contingência passiva, para o registro dos valores recebidos.

d.3) Credores Diversos no País

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses FUNDES (i)	6.429	4.091
Repasses FEMPO (i)	403	540
Forn. p/ serviços e material	435	408
FGI a Repassar	16	–
Supera Rio a repassar	81	–
Outros	47	288
Total	**7.411**	**5.327**
Total Diversas (d.1 + d.2 + d.3)	**13.762**	**9.652**

(i) Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se principalmente aos montantes recebidos pela AgeRio, de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e que serão repassados ao FREMF, FEMPO e Tesouro do Estado.

A conta de Repasses FEMPO é uma conta transitória, que zera o saldo no mês seguinte, pois contabiliza o recebimento das parcelas dos clientes e transfere essas parcelas para o Fornecedor FEMPO.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$ 479.504 mil (quatrocentos e setenta e nove milhões e quinhentos e quatro mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Capital Social	31/12/2021
Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia de Desenv. Industrial do Estado do RJ	13.653
Total	**170.880.389**

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual de 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

Antes da apuração da Reserva Legal e distribuição do JCP/Dividendos foi realizada a absorção do prejuízo fiscal do exercício de 2020 no valor de R$ 950 mil.

O Juros sobre Capital Próprio – JCP englobam os Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% exigidos pela Lei 6.404/76 e as alterações trazidas pela Lei 11.638/07.

NOTA 15 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

Receita com a Intermediação Financeira	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Operações de Crédito	27.019	19.050
Receita com Títulos Públicos Federais	5.471	1.920
Resultado com Fundos de Investimentos Renda Fixa	7.398	5.289
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	20.286	4.913
Resultado com Fundos Garantidores	83	(12)
Total	**60.258**	**31.160**

b) Receita com a Prestação de Serviços

Receita com a Prestação de Serviços	31/12/2021	31/12/2020
Receita como Agente Financeiro do FUNDES	10.809	10.390
Receita Prestação Serv. Municípios	1.698	1.039
Receita Supera Rio	14.707	–
Receita demais tarifas	2.510	2.526
Total	**29.725**	**13.955**

c) Despesa de Pessoal

Despesa de Pessoal	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	17.518	16.524
Encargos Sociais	6.059	5.658
Honorários de diretores e conselheiros	1.660	1.553
Benefícios	4.977	4.815
Treinamentos	70	54
Estagiários	554	498
Total	**30.838**	**29.102**

d) Outras Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Despesa de Energia Elétrica	173	165
Despesa de Aluguéis	28	28
Despesa de Comunicação	131	121
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	180	177
Despesa com Materiais	42	10
Despesa Processamento de Dados	2.160	2.177
Despesa Promoções e Relações	35	52
Despesa de Propaganda e Publicações	206	64
Despesa de Seguros	29	85
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	134	127
Despesa com Serviço de Terceiros	1.001	940
Despesa Serviço de Vigilância	83	59
Despesa Serviço Técnico Especializado	317	97
Despesa de Transporte	166	155
Despesa com Viagens	6	40
Despesa com Emolumentos judiciais e cartorários	138	221
Despesa com Associações	176	180
Despesa com Condomínio	456	681
Outras Despesas Administrativas	75	52
Despesa com Depreciação e Amortização	1.672	1.997
Total	**7.208**	**7.428**

e) Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	31/12/2021	31/12/2020
ISS	722	370
COFINS	2.584	1.730
PIS	420	281
Outros Impostos e Taxas	183	159
Total	**3.909**	**2.540**

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	38.023	38.023	(1.744)	(1.744)
(-) Participação nos lucros	1.662	1.662	3	3
(-) Juros sobre o Capital Próprio - JCP/Dividendos	15.000	15.000	–	–
Resultado após JCP/Dividendos	21.361	21.361	(1.747)	(1.747)
(+) Adições	8.555	8.555	6.839	6.839
(-) Exclusões	25.624	25.624	1.043	1.043
Resultado Líquido Ajustado	4.292	4.292	4.049	4.049
IR - 25% e CSLL - 25% (2021) e 20% (2020)	922	968	919	776
Total IR e CSLL	1.890		1.695	
Ganho Tributário JCP	**3.660**	**3.384**	**–**	**–**

NOTA 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 18 – SEGUROS

Seguro	Vigência	Lim. Máx. de Indenização/ Garantia R$ mil
Bens Patrimoniais e Imóveis	25/02/2021 a 25/02/2022	6.350 mil

Em 31 de dezembro de 2021, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 19 – LIMITES OPERACIONAIS

Os Limites Operacionais da AgeRio são reportados mensalmente ao Banco Central do Brasil através do documento 2061 – Demonstrativo de Limites Operacionais. A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada. A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia. Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	491.789	471.722
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	447.254	427.187
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	470.571	451.498
- RWACPAD	366.444	351.371
- RWAOPAD	104.127	100.127
- RWAMPAD	–	–
RBAN	838	614
Limite para Imobilização (LI)	223.627	213.593
Situação para Limite de Imobilização	2.311	2.649
Índice de Imobilização (II)	0,52%	0,62%
Índice de Basiléia (IB)	95,04%	94,62%

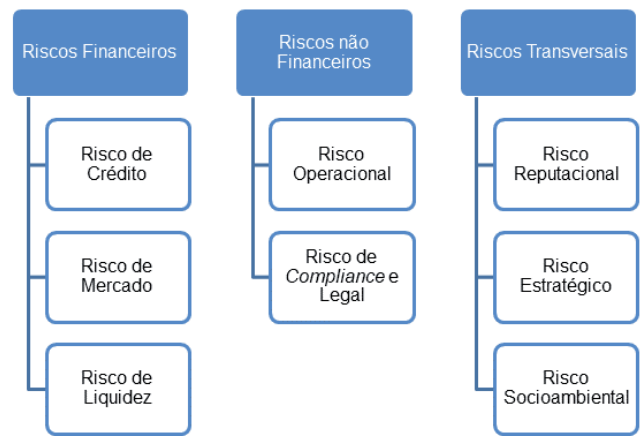
NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

I. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as práticas de mercado, além das recomendações dos supervisores e reguladores e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatuário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos a seguir:



Os principais riscos mensuráveis e quantificáveis, considerados relevantes para definição do apetite a riscos da AGÊNCIA, em razão da magnitude e natureza das suas operações, são os riscos de crédito, liquidez e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

c) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

II. Análise de Sensibilidade

Com base no disposto na Resolução BCB nº 2/2020, a AgeRio considera a análise de sensibilidade advinda do "Programa de Testes de Estresse" para avaliar as incertezas nas estimativas de ativos e passivos, cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Programa de Teste de Estresse da AgeRio, utiliza parâmetros para avaliar o impacto na liquidez e na carteira de crédito ativa da Instituição. Os resultados são demonstrados a seguir, para cada parâmetro e visam avaliar os impactos para o exercício de 2022:

Parâmetro I: Classificação de Risco das operações em carteira.

Objetivo: Avaliar o impacto de deterioração da qualidade creditícia da carteira através de *downgrades* na classificação de risco das operações.

Com base na posição de 31/12/2021, o total de provisionamento foi de R$ 22.803.506,59. Dessa forma, os resultados para o Parâmetro 1 do Teste de Estresse seriam:

Provisão 31/12/2022	PROVISIONAMENTO	AUMENTO PROVISÃO
1 downgrades	36.567.940,05	13.764.433,49
2 downgrades	67.792.579,47	44.989.072,91
3 downgrades	115.326.053,23	92.522.546,67

Parâmetro II: Recebimentos mensais dos 10 e 20 maiores Clientes – Concentração da carteira de Crédito

Objetivo: avaliar impacto no fluxo de caixa decorrentes de não pagamento por parte dos 10 e 20 maiores clientes da AgeRio.

Perdas	30%	60%	100%
TOP 10	4.335.925,28	8.671.850,56	14.453.084,26
TOP 20	5.380.548,07	10.761.096,13	17.935.160,22

Parâmetro III: Recebimentos mensais – Carteira Ativa Total

Objetivo – Avaliar a perda de fluxo de caixa e de receita financeira para toda a carteira ativa.

O resultado do teste é mostrado a seguir:

Perdas	20%	30%	50%
Inadimplência na Carteira Ativa	10.982.224,98	16.473.337,48	27.455.562,46
Redução de Receitas de Juros na Carteira Ativa	3.435.092,02	5.152.638,03	8.587.730,06

Parâmetro IV – Variações da taxa de Juros – SELIC

Objetivo: Impacto de variações na taxa de juros SELIC no retorno dos ativos

Foram realizados dois cenários considerando os impactos das variações da taxa Selic e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central- IBC-Br com efeitos sobre a valorização dos ativos de Tesouraria e de Crédito, bem como sobre os níveis de inadimplência da Carteira.

1 - Para as receitas de TVM e Receitas de financiamento, sob a influência da taxa Selic, foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão, evidenciando os impactos diretos nos ativos indexados à Selic. A composição das parcelas de receita de financiamento por tipo de indexador é mostrada na tabela.

2 - Para o impacto na variação da taxa de inadimplência, em decorrência do nível de atividade econômica, e as consequências para as receitas de Receitas de financiamento, foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão do IBC-Br aplicados na fórmula de regressão de séries histórica.

Os resultados da análise de sensibilidade à taxa de juros SELIC estão apresentados no quadro a seguir:

Choque de Taxas de juros no retorno dos Ativos e na inadimplência	Ocorrência 1º sem/22 Projetado	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Selic (dez/2021)	9,15%				
DP Selic	3,70 p.p.				
		- 2 DP	**- 1 DP**	**+ 1 DP**	**+ 2 DP**
Receita de Financiamentos	**16.930.149**	**10.403.316**	**13.718.994**	**20.043.488**	**23.063.875**
IPCAXT	2.205.427	2.208.439	2.206.495	2.204.778	2.204.246
PREFIT	72.789	72.888	72.824	72.767	72.750
SELICA	208.013	182.832	195.125	221.470	235.478
SELICT	13.991.686	7.486.310	10.792.097	17.092.371	20.099.408
TJLPTX	452.235	452.847	452.453	452.102	451.993
Impacto	**–**	**-6.526.833**	**-3.211.155**	**3.113.339**	**6.133.726**
Taxa de Inadimplência impactada pela Selic	**5,00%**	**4,87%**	**4,95%**	**5,03%**	**5,05%**
		- 2 DP	**- 1 DP**	**+ 1 DP**	**+ 2 DP**
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	**11.117.495**	**3.947.427**	**7.571.770**	**14.586.394**	**17.985.355**
Impacto	**–**	**-7.170.069**	**-3.545.726)**	**3.468.899**	**6.867.859**
IBC-Br (Out/2021)	-0,40%				
DP IBC-Br	5,05 p.p.				
Taxa de Inadimplência impactada pelo IBC-Br	5,00%	10,87%	7,79%	1,64%	-1,44%
		- 2 DP	**- 1 DP**	**+ 1 DP**	**+ 2 DP**
Receita de Financiamento	**16.930.149**	**15.884.028**	**16.432.350**	**17.528.994**	**18.077.315**
Impacto	**–**	**-1.046.121**	**-497.799**	**598.845**	**1.147.167**

DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 1,5 anos.

IBC-Br = Índice de Atividade Econômica do Banco Central

NOTA 21 – CONTROLE INTERNO, CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AgeRio conta com uma unidade gerencial segregada, diretamente ligada à Diretoria de Controladoria, que tem como objetivo promover, com independência, imparcialidade e isenção, a eficiência e a confiabilidade dos controles internos, do padrão normativo e da conformidade com as leis, com os atos normativos regulatórios externos e com normativos internos, aplicáveis às instituições financeiras e ao seu negócio.

Importante destacar que as referidas características, bem como o reporte direto à estrutura da Diretoria permitem à área desempenhar a gestão do Canal de Denúncias da AgeRio, instrumento de comunicação que possibilita ao usuário interno e externo o envio de reportes de irregularidades ou inconformidades, a partir do site da AGÊNCIA, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

O monitoramento do sistema de controles internos da AGÊNCIA é reportado, anualmente, à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e às estruturas da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, por meio do relatório de controles internos.

Ademais, integram às atribuições do controle interno atividades relacionadas à sistematização dos manuais normativos internos, à elaboração de reportes sobre a matriz de conformidade, bem como aquelas que visam à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo - PLD/FT.

A cultura de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é um pilar estruturante da AGÊNCIA, com apoio da Alta Administração, e serve de norte para o cumprimento de nossa missão institucional.

Para tanto, a AGÊNCIA possui uma estrutura normativa e procedimental, que percorre toda a organização, a fim de evitar que a instituição seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FT). A prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo no âmbito da AgeRio é constituída pelas diretrizes e processos das Políticas "Conheça seu Cliente", "Conheça seu Empregado" e "Conheça seu Fornecedor", pautando o exercício de nossas atividades pelo conhecimento com aqueles que nos relacionamos, bem como constante treinamento dos nossos empregados e parceiros nas medidas de PLD/FT. A AGÊNCIA possui Avaliação Interna de Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, como forma de ampliar o monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas de LD/FT, A AgeRio tempestivamente ajustou sua política, procedimentos e controles, de forma a robustecer seu aparato de conformidade técnica no cumprimento de suas obrigações regulatórias e alinhamento às melhores práticas de mercado adotadas.

continua

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na nota explicativa 14.a.

Os Juros sobre Capital Próprio, valor que engloba os dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 15 milhões tem como principal beneficiário o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário, que tem por prática reverter estes recursos em novos aportes ao patrimônio líquido da agência.

A remuneração com os administradores no exercício de 2021, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R$ 1.997 mil (R$ 1.878 mil no exercício de 2020).

NOTA 23 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 24 – IMPACTOS ECONÔMICOS

Da Pandemia - COVID 19

Desde o início da pandemia provocada pelo Corona vírus (COVID-19), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, bem como pelo Governo Federal, a AgeRio mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos recomendados pelas autoridades sanitárias. Seguindo as diretrizes do Estado do Rio de Janeiro, a partir de agosto de 2021, os colaboradores retornaram às atividades presenciais de forma híbrida, sendo o regime de trabalho predominantemente presencial.

O BACEN no ano de 2020 adotou iniciativas para mitigar os impactos causados pela pandemia, como medidas facilitadoras de renegociações de operações de crédito sem o aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, o que gerou reflexos no desempenho operacional no exercício de 2021.

A Administração da Agência tem monitorado os efeitos provocados pela COVID-19 em suas operações e resultados, e envida os melhores esforços para prover informações que espelhem a sua realidade econômica.

No exercício de 2021, observa-se o contínuo aumento em operações de créditos de microempreendedores e empresas de pequeno e médio portes, assim como o contínuo crescimento nas solicitações de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de financiamento. Foram observados também, efeitos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a ampliação da participação da AgeRio como operadora de recursos de terceiros, estratégia destinada a fortalecer as fontes de recursos voltadas a socorrer e apoiar as empresas e empreendedores fluminenses, ajudando-as a combater os efeitos da pandemia do Covid-19.

No programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), no exercício de 2021, foram apoiados 1.030 negócios, que totalizaram desembolsos da ordem de R$ 4,6 milhões, com recursos do FEMPO, fundo estadual administrado pela Agência, e R$ 300 mil com recursos da Caixa Econômica Federal, aproximadamente 59% superior ao desembolsado no ano anterior.

Nas operações com o Setor Privado, foram realizadas 256 operações de crédito no ano de 2021 com pessoas jurídicas, totalizando R$ 76,7 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Desse total, 135 empresas receberam financiamento por meio de recursos próprios (representando 40,33% no valor das contratações), 111 financiamentos pelo FUNGETUR (52,75%) e 10 empresas pelo financiamento de inovação (6,92%). Além disso, a grande maioria desses financiamentos (73,83%) foi realizada com crédito de até R$ 300 mil.

Os programas "Fomenta Maricá", "Supera Mais Niterói" e "Recomeçar Paraty" em que a Agência atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios de Maricá, Niterói e Paraty, respectivamente, com recursos oriundos dos orçamentos municipais liberaram cerca de R$ 17,3 milhões em operações de crédito para 1.104 negócios localizados nesses municípios. As operações desses programas geraram R$1,7 milhão em receitas para Agência no exercício de 2021. Cabe ressaltar que as liberações com o programa "Recomeçar Paraty" se encerraram em maio/21, sendo o fluxo de receitas atual composto apenas pelo recebimento e repasse das parcelas recebidas dos clientes ao município de Paraty.

Adicionalmente, em maio de 2021, foi lançado o SUPERA RJ - Programa de transferência de renda criado para diminuir o impacto econômico da pandemia na vida dos fluminenses, e que prevê a concessão de créditos através da AgeRio para pequenos negócios localizados em todo o Estado, nos termos da Lei Estadual nº 9191/2021. As operações oferecem taxa de juros "zero" e são operacionalização pelo FEMPO. Foram liberados cerca de R$ 293 milhões em operações de crédito. As receitas de prestação de serviço geradas para Agerio foram de R$ 14,7 milhões no exercício de 2021.

No que tange às renegociações no exercício de 2021, foram realizados 108 refinanciamentos de operações, com valor total renegociado de aproximadamente R$ 60 milhões, sendo R$ 52,8 milhões em linhas AgeRio, R$ 5,3 milhões da FINEP e R$ 2 milhões do FUNGETUR.

Como vem sendo amplamente divulgado, os efeitos futuros referentes a Covid-19 ainda possuem grau de incerteza, mesmo com o panorama de imunização mundial e desta forma, por serem de difícil mensuração, permanecerão sendo acompanhados pela Administração da Agência, que seguirá atenta e cuidadosa a toda e qualquer informação ou evento relacionados ao COVID-19, com o intuito de refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente em suas demonstrações financeiras.

NOTA 25 – RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL x RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A seguir, apresentamos os principais eventos não recorrentes que impactaram no Resultado Líquido dos exercícios:

	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL (A)	**34.470**	**(3.342)**
EVENTOS NÃO RECORRENTES (B)	**14.397**	**(3.191)**
RECEITAS		
Atualização monetária PER/DCOMP	46	135
Lucro Alienação Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos	43	2
Receitas Prestação de Serviço – Supera Rio	14.707	–
DESPESAS		
Estorno de provisão de despesa de contrato de prestação de serviços (rompimento contratual com fornecedor)	–	24
ISS Recolhido Outros Municípios (Maricá)	(2)	(18)
Perda IOF	–	(32)
Desconto Concedido - Renegociação Operação de Crédito	–	(183)
Encargos por descumprimento de prazos/obrigações	(4)	(38)
Baixa de Imobilizado/Intangível	–	(180)
Desvalorização Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos	(394)	(2.901)
RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE (A-B)	**21.096**	**(251)**

NOTA 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Alíquota CSLL

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL retornará ao patamar de 20% a partir de janeiro/2022, visto que a Medida Provisória Nº 1.034, de 1º de março de 2021 elevou a mesma, no período de julho/2021 a dezembro/2021.

b) Programa Cidade Integrada - Recursos Supera Rio

Em 19 de janeiro de 2022, foi instituído através do Decreto Nº 47.928 o Programa Cidade Integrada, que vinculou a este o Programa Supera Rio. Em virtude disto, em fevereiro/2022, foi recebido o montante de R$ 37,8 milhões para concessões de crédito relativo ao programa Supera Rio, podendo estes recursos ser utilizado em municípios em emergência/calamidade.

c) Estado de Calamidade Pública - Financiamentos Recursos FREMF

A Lei Nº 9.564, de 17 de fevereiro de 2022, permitiu a utilização dos recursos do Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses - FREMF -, criado pela Lei Estadual nº 4.534, de 04 de abril de 2005, para a concessão de crédito, para recomposição de capital de giro a micro, pequenas e médias empresas em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pela Portaria nº 395, de 16 de fevereiro de 2022, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil e pelo Município de Petrópolis, por meio do Decreto nº 033, de 15 de fevereiro de 2022, e homologado pelo Decreto nº 47.957, de 16 de fevereiro de 2022. Estes financiamentos serão operacionalizados pela AgeRio. Foram disponibilizados R$ 175 milhões para concessão de financiamentos no município de Petrópolis.

d) Pandemia do COVID-19:

Ressalta-se em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando os efeitos da eclosão da pandemia do COVID-19 e as medidas que visaram a implementação de todos os processos da AGERIO, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia prejudiquem a sua continuidade operacional, assim como, não há indícios, até a conclusão e autorização das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, da necessidade de ajustes sobre os saldos apresentados.

Andre Luiz Vila Verde Oliveira da Silva - Presidente **Tatiane Dutra Rosa Peres -** Diretora de Controladoria **Vitor Rodrigues Prado -** Contador - CRC/RJ 113499-01 - CPF: 109.302.827-01

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento de modo permanente, é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Srs. Adilson Justino Pereira Junior, Flavio Correia Santos e sendo presidido pelo Sr. Marcelo Fiorini. O Sr. Adilson Justino Pereira Junior exerce o primeiro mandato e os Srs. Flavio Correia Santos e Marcelo Fiorini exercem o segundo mandato. Todos com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com os respectivos cargos. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no segundo semestre de 2021, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** Na reunião de agosto de 2021, o Comitê de Auditoria recomendou à Diretoria Executiva sobre a necessidade por se buscar mais contratações de operações de crédito, com ações mais coordenadas e efetivas, de modo a diminuir a relação entre esse aumento do caixa (recursos captados) e os recursos contratados em financiamentos (repassados a clientes). Tal recomendação está sendo analisada pela administração da AgeRio. Tal recomendação foi atendida, na reunião de setembro de 2021, a partir de esclarecimentos e comentários prestados pela Diretoria Executiva. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Verifica-se que o Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, desse modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas. **7 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva e das áreas de Controladoria, Gestão Financeira, de Riscos Corporativos, de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades e de risco, gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial, referentes ao exercício de 2021, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA:

Marcelo Fiorini (Presidente)

Adilson Justino Pereira Junior (Membro) – Flavio Correia Santos (Membro).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Srs. Acionistas e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGERIO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram Relatório dos Auditores Independentes, em 26 de fevereiro de 2021, com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da AGERIO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de março de 2022.
SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - 2SP 017.676/O-8
CNAI PJ - 000155
HUGO FRANCISCO SACHO
CRC - 1SP 124.067/O-1

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444